

Lei Carolina Dieckmann: Direito à privacidade e dados pessoais

GRUPO: BRENDA CARDOSO,
GIOVANNA NAVES, JULIA
FUJII, MARIA EDUARDA
VINAGRE E PEDRO BRANDÃO



- A Lei Carolina Dieckmann, foi criada em referência ao caso da atriz Carolina Dieckmann, que teve suas fotos íntimas divulgadas na internet sem seu consentimento. Essa lei tornou crime a invasão de dispositivos eletrônicos para obtenção de dados pessoais sem autorização, além de tipificar a divulgação não autorizada de informações pessoais na internet.



Introdução



O contexto histórico da Lei Carolina Dieckmann

- A Lei Carolina Dieckmann, oficialmente conhecida como Lei nº 12.737/2012, foi criada em referência ao caso da atriz Carolina Dieckmann, que teve suas fotos íntimas divulgadas na internet sem seu consentimento. A partir disso, vamos entender o contexto em que a lei foi promulgada.

Criação, implementação e impacto.



O que motivou a criação da lei?

Em Maio de 2012, Carolina Dieckmann teve seu computador pessoal invadido por hackers, que roubaram fotos íntimas dela. Posteriormente, essas fotos foram divulgadas na internet sem seu consentimento.



Como a lei foi implementada?

O episódio de Carolina Dieckmann evidenciou a necessidade de proteger a privacidade das pessoas no ambiente digital e de punir os responsáveis por tais atos. Em resposta a esse incidente, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a Lei Carolina Dieckmann em dezembro de 2012.



Qual o impacto da lei na sociedade?

A Lei Carolina Dieckmann foi um marco na conscientização sobre a importância da privacidade e da proteção de dados pessoais, incentivando outras legislações semelhantes em todo o mundo.



No Brasil

- A Lei Carolina Dieckmann marcou o combate aos crimes cibernéticos no Brasil, punindo ações que envolvem a divulgação não autorizada de dados armazenados em dispositivos.



Penas para o crime

- A Lei Carolina Dieckmann estabelece penas para crimes cibernéticos, como invasão de dispositivos informáticos alheios e obtenção, transferência ou divulgação não autorizada de dados pessoais. As penas variam de detenção de 6 meses a 2 anos, além de multas. A lei visa a proteger a privacidade e a segurança das pessoas no ambiente digital e permite ação penal pública mesmo sem queixa da vítima.
-

Principais disposições da Lei



Consentimento:

A obtenção do consentimento do titular dos dados para o tratamento de suas informações pessoais.



Armazenamento Seguro:

A obrigatoriedade de empresas e instituições de armazenarem dados pessoais de maneira segura e confidencial.



Punições Rígidas:

Estabelecimento de penalidades severas para violações de privacidade, incluindo multas e até mesmo prisão.



O impacto da Lei na Proteção de Dados Pessoais

Respeito à Privacidade: A lei garante que informações sobre a vida privada das pessoas sejam respeitadas e preservadas.

Fortalecimento da Segurança: As disposições da lei incentivaram empresas e instituições a adotarem medidas mais robustas de segurança para proteger dados pessoais.

Empoderamento do Indivíduo: A Lei Carolina Dieckmann oferece aos indivíduos o poder de controlar como suas informações pessoais são coletadas, usadas e compartilhadas.



Iniciativas semelhantes em outros países

- Lei Europeia de Proteção de Dados (GDPR)
- California Consumer Privacy Act - Estados Unidos
- Lei geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)-
Brasil
- Lei de Privacidade no Canadá

Casos de Famosos com Dados Vazados

A falta de proteção adequada de dados pessoais afeta pessoas famosas e anônimas. Conheça casos notórios de famosos que tiveram seus dados vazados:

Jennifer Lawrence e Justin Bieber são exemplos



Carolina Dieckmann
comentando sobre o
assunto



"ME SENTI
INVADIDA!"

[HTTPS://YOUTU.BE/VY9_PFMGPVE?SI=1K_F1NK_DKZFHBBMH](https://youtu.be/vY9_PFMGPVE?SI=1K_F1NK_DKZFHBBMH)

11:52

Conclusão e considerações finais

- A Lei Carolina Dieckmann representa um marco significativo na proteção da privacidade e dos dados pessoais no contexto digital.

